

**NARRATIVAS DE TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: SUBALTERNIDADE, ESPAÇOS HIERARQUIZADOS E COLONIALIDADE**

**FERNANDA JUNIA DORNELA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**CINTIA RODRIGUES DE OLIVEIRA MEDEIROS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

**VALDIR MACHADO VALADÃO JÚNIOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

**RAQUEL SANTOS SOARES MENEZES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

# **NARRATIVAS DE TRABALHADORAS RURAIS NA CAFEICULTURA DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: SUBALTERNIDADE, ESPAÇOS HIERARQUIZADOS E COLONIALIDADE**

## **1 INTRODUÇÃO**

Por mais longe que se volte na história, as mulheres sempre estiveram subordinadas aos homens, nunca partilhando o mundo em condições de igualdade. Em quase todos os países, o estatuto legal destinado a elas, por exemplo, não é igual àquele direcionado a eles, e, até quando seus direitos são reconhecidos, há um longo hábito que impede sua concretização (BEAUVOIR, 1970; TEDESCHI; COLLING, 2014). Essas condições de desigualdades em que as mulheres vivem não são resultantes de um destino biológico, mas, sim, de construções sociais oriundas das relações sociais entre homens e mulheres, cuja base material, o trabalho, manifesta-se por meio da divisão sexual do trabalho, caracterizada por uma distinção e hierarquização de espaços que destina aos homens as esferas produtivas e às mulheres as esferas reprodutivas (KERGOAT, 2009).

De acordo com as informações apresentadas por Bruschini (2007), Daniel (2011), Ávila (2013) e Camargos, Riani e Marinho (2014) especificamente sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ocorreu com maior destaque em ambientes como os domésticos, das indústrias, saúde e educação. Com base nesses autores, nota-se que uma categoria de trabalhadoras não foi considerada: as trabalhadoras rurais, corroborando a afirmação de Matos (2009) sobre a produção historiográfica brasileira referente às mulheres ter buscado reconstruir a estrutura ocupacional feminina apenas nos meios urbanos, bem como a afirmação de Guimarães, Brito e Barone (2016) sobre a literatura que trata do mercado de trabalho, no Brasil, não voltar sua atenção para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Legalmente, trabalhadores e trabalhadoras rurais são reconhecidas como pessoas físicas que prestam serviços a empregadores(as), mediante remuneração, em propriedades rurais. Estamos cientes desta definição, mas, para a construção deste trabalho, consideramos como trabalhadoras rurais as mulheres que prestam serviços diretamente nas lavouras de café, na área operacional. A atividade cafeeira foi escolhida devido sua representatividade no Brasil e ausência de estudos sobre as mulheres na cafeicultura no Brasil. Especificamente foi considerada a Região do Cerrado Mineiro, segunda maior região produtora de café no estado de Minas Gerais (maior estado produtor) (CONAB, 2017), e primeira região no país a ter uma Denominação de Origem (EXPOCACCER, 2017).

Ao nos atentarmos para a lacuna nos estudos sobre as trabalhadoras rurais apontada por Matos (2009) e Guimarães, Brito e Barone (2016), e movidas pelo intuito de auxiliar em seu preenchimento, desenvolvemos este trabalho, buscando conhecer mais sobre essas mulheres e suas realidades, utilizando de uma perspectiva pós-colonial. Essa perspectiva critica teorias anteriores por somente considerarem gêneros e relações de gêneros baseadas em imagens e experiências sociais das pessoas mais privilegiados do primeiro mundo. Nessa perspectiva, a condição subalterna de grupos como mulheres, negras e negros, que não podiam manifestar-se nos contextos ocidentais e eram limitados a obedecer aos colonizadores, passa a ser questionada (CALÁS; SMIRICH, 1999).

Especificamente, procuramos responder a seguinte questão: Como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro? O objetivo geral foi analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais, na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. Realizamos uma pesquisa qualitativa, sendo o corpus de pesquisa composto por entrevistas com trabalhadoras rurais, o qual foi submetido à análise crítica de discurso. Iniciamos com esta introdução, em seguida, apresentamos a revisão da literatura e descrevemos os procedimentos da pesquisa. Prosseguimos com a apresentação e discussão dos resultados, e, por fim, a última seção em que são apresentadas as considerações finais.

## 2 ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E FEMINISMOS

O colonialismo pode ser definido como um momento histórico (MIGNOLO, 1996) em que, por meio de uma política, é exercido controle ou autoridade em alguns territórios, sendo esses ocupados por um grupo de indivíduos detentores de poder, chamados de colonizadores. Os nativos desses territórios dominados, por sua vez, são chamados colonizados(as) (LUGONES, 2014). Esses ambientes colonizados, chamado de colônias, e divididos em colonizadores e colonizados(as), apresentava como linha divisória, ou seja, a fronteira, os quartéis e delegacias de polícia. Neles, os soldados eram os interlocutores legais e institucionais dos colonizados(as), sendo porta-vozes dos colonizadores e dos regimes de opressão. Os contatos que mantinham com os(as) colonizados(as) eram por meio de linguagens de pura violência, fomentando a dominação (FANON, 1968).

Especificamente nas colônias latino-americanas, Taylor (2007) destaca também as diferenças entre os contextos dos colonizadores e colonizados(as). De um lado, havia o padrão cultural europeu da família branca, heteroafetiva, católica e patriarcal; e, do outro lado, uma diversidade enorme de culturas retiradas de seus contextos originais (no interior e fora das colônias) pela força do império português (espanhol, inglês ou francês, a depender do tipo de colonialismo) e trazidos para serem explorados e subjulgados como força de trabalho nas colônias latino-americanas.

No início da colonização nas Américas e no Caribe houve uma distinção dicotômica e hierárquica entre humanos (civilizados, colonizadores) e não humanos (indígenas, africanos escravizados) imposta pelos homens ocidentais sobre os colonizados(as), sendo acompanhada por outras distinções, como homens e mulheres (LUGONES, 2014). Os homens europeus, burgueses, eram vistos como sujeitos/agentes da civilização, heterossexuais, cristãos e capazes de tomar decisões. As mulheres europeias, burguesas, apesar de serem também consideradas humanas, não eram vistas como os homens, mas, sim, alguém a serviço deles, para satisfazer-lhes, sendo passivas e atadas às tarefas do ambiente doméstico (LUGONES, 2014).

Com o passar do tempo, a classificação “colonizados(as)” passou a incluir “mulheres”, classes subjulgadas e oprimidas, minorias nacionais e até subespecialidades acadêmicas que eram marginalizadas. O *status* do povo colonizado também foi fixado em zonas de dependência e periferia, estigmatizadas durante a designação de países subdesenvolvidos, menos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, governados por colonizadores desenvolvidos ou metropolitanos (SAID, 1989).

As diferenças entre europeus e nativos, de acordo com Rosa (2016), devem ser entendidas, sobretudo, como uma diferença racial: a “raça branca” era considerada um atributo dos europeus (dominantes/colonizadores) e as “raças de cor” atributo dos nativos (dominados(as)/colonizados(as)). Essas diferenças raciais, conforme afirma o autor, segregava e hierarquizava os grupos, entretanto, não era encontrada entre os próprios europeus, uma vez que todos já eram considerados brancos, mas existiam diferenças de classes e gêneros. A partir dessas duas diferenças, o colonialismo organizou a dominação intragrupal.

Ao considerar as classes sociais, o colonialismo foi uma maneira de expandir o capitalismo, fundando as bases da divisão entre centro e periferia do capital (LAZARUS, 1994), com o predomínio de dois tipos de relação capital-trabalho: no centro, estavam os brancos assalariados, e na periferia, os não brancos, ex-escravos ou ex-servos. As relações centro/periferia e trabalho assalariado/ex-escravo foram responsáveis por dar visibilidade às diferenças de classes sociais, criando mecanismos eficientes de acumulação de capital em benefício da Europa (centro) e fomentando as desigualdades sociais e raciais que marcaram as relações entre os grupos dentro das colônias (periferia) (QUIJANO, 2000).

Lugones (2014) destaca a colonialidade dos gêneros presente nas relações sociais e intersecções de gêneros, classes sociais e raças como construtos centrais no sistema de poder capitalista mundial. Os intelectuais e a academia têm defendido a ideia de que a herança

ocidental, considerada por alguns como pós-moderna, e, por outros, como advinda da conturbada história dos colonizadores e colonizados(as), precisa ser revista, re-elaborada e re-escrita. No caso do Brasil, colonizado por mais de três séculos, a herança advém dos ex-colonizadores e dos povos que vivenciaram o resistente processo colonial (GOMES, 2007), e envolve mazelas como o trabalho ex-escravo, a exclusão social, dependências econômicas e culturais (MIGNOLO, 1996).

A expressão pós-colonial, segundo Ballestrin (2013), pode apresentar duas formas de entendimento: (1) refere-se ao tempo histórico após o processo de descolonização do Terceiro Mundo, com início na segunda metade do Século XX; (2) faz referência ao conjunto de contribuições teóricas dos estudos literários e culturais, evidentes em algumas universidades dos Estados Unidos e Inglaterra, a partir dos anos de 1980. Outra forma de entendimento é proposta por Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007), que a definem como uma abordagem de todos os aspectos do processo colonial, desde o início do contato com a colonização, considerando sempre os seus antecedentes e as consequências desse processo.

Neste trabalho, adotamos a expressão pós-colonial nos referindo ao tempo histórico posterior ao processo de descolonização do Terceiro Mundo, bem como entendemos que a expressão pode também ser vinculada às contribuições teóricas dos estudos literários e culturais, conforme também mostraram Calás e Smircich (1999) ao discorrem sobre a Teoria Terceiro-Mundista/Pós-Colonial. Estamos, assim, adotando os dois entendimentos definidos por Ballestrin (2013), mas sem desconsiderar a relevância da visão de Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007), uma vez ser importante não descartar os aspectos envolvidos ao longo do processo de colonização.

O termo “subalternos” aparece com frequência em estudos sobre África, América Latina e Europa, e sua análise tornou-se um modo reconhecível de erudição crítica na história, antropologia e literatura (PRAKASH, 1994). Sobre os subalternos, Spivak (2010) descreve-os como as camadas inferiores da sociedade, compostas pelas maneiras específicas de exclusão dos mercados, bem como das representações políticas e legais. Rosa e Alcadipani (2013) definem como subalternos os países periféricos e as minorias que vivem no centro, como mulheres, mulheres negras, negros e homossexuais, ou seja, aqueles que vivem em condições de silêncio, uma vez que sua legitimidade é dada por outras pessoas, que assumem seus lugares no espaço público, de maneira a representá-los.

Especificamente quando se faz referência às mulheres subalternas (SPIVAK, 2010), elas são encontradas em uma posição ainda mais periférica que os demais subalternos, visto os impasses subjacentes referentes às questões de gêneros. Nas palavras da autora, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 28).

Os estudos pós-coloniais e os estudos feministas apresentam diversas semelhanças, como a atenção voltada para as teorias de marginalização, exclusão e as construções dos sujeitos considerados subalternos, seja pelas divergências coloniais entre centros e periferias, ou pelas diferenças entre masculinos e femininos (ASHCROFT, 1989). Outro importante aspecto em comum é o questionamento ao sujeito universal “mulher”, e a rejeição às estruturas binárias impostas pelo patriarcado e colonialismo (QUIJANO, 2000).

No Brasil, considerado um dos primeiros países na América Latina em que os estudos feministas foram consolidados (PISCITELLI, 2013), há uma confluência de avaliações sobre a situação do país com relação aos feminismos e pós-colonial (ALMEIDA, 2013). No caso dos feminismos, as preocupações estão em torno da sua falta de inserção no debate teórico no país. Com relação ao pós-colonialismo, há a necessidade de refletir sobre um pensamento pós-colonial que esteja inserido na experiência e vivência histórica do país. Em comum às teorizações, sejam elas sobre feminismos ou pós-colonial, é relevante considerar as localizações e posicionamentos desses campos teóricos, ancorados nos contextos brasileiros. Para tanto,

deve-se partir de uma reflexão local que dialogue com as discussões no âmbito global e internacional, buscando desfazer as assimetrias históricas que levaram às estruturas interligadas e excludentes de poder e conhecimento (ALMEIDA, 2013).

Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007) argumentam que os feminismos consistem em um importante campo de interesse para os discursos pós-coloniais, por três razões: as políticas feministas e pós-coloniais se opõem à dominação exercida pelo patriarcado e o imperialismo; os debates em sociedades colonizadas sobre ser gêneros ou a opressão colonial o fator político mais relevante na vida das mulheres; e os feminismos e o pós-colonial se preocupam com as maneiras e extensões com que as representações e linguagens tornam-se cruciais na formação das identidades e nas construções das subjetividades.

Uma dessas linguagens, capaz de sustentar as críticas pós-coloniais, são as narrativas dos colonizados(as), pois “tendo vivenciado a experiência colonial e os processos brutais que ela impõe: a dominação, a desumanização, [...] perda de identidade, o preconceito racial [...], enfim, toda a insensatez que a natureza humana em desequilíbrio pode acionar, eles se tornam porta-vozes legítimos do pós-colonial” (PEZZODIPANE, 2013, p. 89). As narrativas dos colonizados(as) são chamadas por Bhabha (1998) de testemunho colonial. As perspectivas pós-coloniais surgem “[...] do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas do Leste, Oeste, Norte e Sul”. Suas revisões críticas são construídas em torno de diferenças culturais, autoridades sociais e a discriminação política “[...] a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade” (BHABHA, 1998, p. 239).

A utilização das experiências, narrativas e, de maneira geral os conhecimentos dos colonizados(as), é também defendida por Rosa (2016), devendo ser empregados como pressupostos metodológicos nas pesquisas que utilizam a teoria pós-colonial. Para o autor, trata-se da adoção de posturas críticas em relação às práticas das culturas dominantes, com base sempre no conhecimento marginalizado, objetivando elaborar narrativas que retratem as situações em que estão inseridos.

Spivak (2010) tem como núcleo de suas análises a possibilidade dos subalternos, que vivem em condições de silêncio, sendo legitimados por outras pessoas que assumem seus lugares no espaço público, representando-os, falarem por si. Sobre essa possibilidade de fala, a autora mostra uma preocupação com os intelectuais julgarem que podem falar pelos subalternos, mantendo-os silenciados, considerando-os apenas objetos de conhecimento, e reproduzindo, assim, as estruturas de poder e opressão. Logo, os intelectuais não podem falar pelos subalternos, mas devem trabalhar contra a subalternidade, criando espaços para que esses possam falar e serem ouvidos.

Ao adotarmos a perspectiva pós-colonial neste trabalho, nosso objeto, assim como defendido por Spivak (2010), foi o de não falar pelo grupo de mulheres consideradas subalternas, nesse caso as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, mas, sim, criar um espaço para que elas falassem por si e pudessem contar suas trajetórias, experiências e expectativas.

Scherer-Warren (2010) traz em seu trabalho reflexões sobre a importância da adoção de uma abordagem pós-colonial direcionada aos estudos dos grupos subalternos na América Latina, considerando as tradições das pesquisas sobre os movimentos sociais nesse território. Segundo a autora, as grandes narrativas sobre esses grupos na América Latina são baseadas em teorias de classe, da tradição marxista, bem como nos princípios da modernidade.

Já no âmbito da administração, especificamente na área da gestão, Calás e Smircich (1999) afirmam que a abordagem pós-colonial tem sido utilizada com maior frequência no campo dos Estudos Organizacionais (EO), particularmente em interação com o *Critical Management Studies* (CMS), em que os teóricos buscam sistematizar os elementos fundamentais dessa abordagem. Nesse campo, entretanto, poucos são os trabalhos que voltam

sua atenção para os EO aliados às questões do pós-colonialismo considerando os contextos latino-americanos (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Entre eles podem ser mencionados trabalhos como de Caldas e Alcadipani (2003); Ibarra-Colado (2006), entre outros.

No caso do Brasil, os debates sobre subalternidade e pós-colonialismo são relativamente novos nos EO. A revisão da literatura na área mostra que, embora fora dos esforços teóricos pós-coloniais, muitos trabalhos produzidos sobre Administração e organizações no país tiveram as mesmas preocupações que os autores pós-coloniais (ROSA; ALCADIPANI, 2013). De maneira indireta, esses trabalhos produzidos no Brasil sobre Administração e organizações tratam de temas vinculados aos efeitos do colonialismo no mundo contemporâneo. Reconhecem a necessidade de decolonizar este campo de estudo, ao analisar principalmente a dependência cultural na tradição intelectual brasileira e na transferência de tecnologias gerenciais do centro para a periferia, bem como ao problematizar a utilização de teorias produzidas no Norte Global (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Ao analisar o campo dos estudos críticos no Brasil, Rosa e Alcadipani (2013) destacam a presença de uma visão dicotômica que tende a radicalizar a relação centro/periferia, ao separar uma suposta crítica nacional do CMS, reproduzindo, dessa forma, um tipo de binarismo intelectual típico da mentalidade colonial, que, nesse caso, tenta definir quem é ou não crítico. Como uma das possíveis soluções para esse impasse, os autores defendem que o desenvolvimento teórico e político de ambos os lados deve depender de uma abordagem que explore as fissuras dos discursos coloniais e se configure a partir de um terceiro espaço de produção do conhecimento.

Os estudos pós-coloniais ou orientados por uma perspectiva pós-colonial, de maneira ampla, não representam uma matriz teórica única, na verdade, trata-se de uma diversidade de contribuições com orientações diferentes, mas que apresentam em comum o esforço de delimitar, por meio da desconstrução do essencialismo, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes (COSTA, 2006). Portanto, esses estudos assumem aspectos de teorias tradicionalmente utilizadas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais, porém, incorporados de maneira crítica. Entre eles, cabem destacar: as formas de opressão das elites coloniais (teorias de classes); diversas formas de opressão e discriminações simbólicas em relação aos segmentos sociais colonizados(as) (teorias culturalistas), bem como suas respectivas maneiras de excluir e/ou subalternizar nos âmbitos do fazer político, no cotidiano da sociedade e nas instituições (teorias culturalistas).

De modo geral, o escopo dos estudos pós-coloniais engloba as culturas afetadas pelos processos imperiais europeus no período compreendido entre a colonização até mais recente, buscando adotar uma leitura desconstrutora dos discursos hegemônicos metropolitanos, atentando também para seus silêncios (GOMES, 2007). Na visão de Pezzodipane (2013), os estudos pós-coloniais apresentam como principal contribuição para a ruptura com uma história considerada única e sustentada por metanarrativas legitimadoras de ideologias do processo de colonização, e responsáveis por naturalizar a dominação dos homens sobre os homens e mulheres, cuja justificativa é o processo civilizatório.

Diante de tudo que foi exposto, iniciando com o colonialismo, passando pelo entendimento do pós-colonial e chegando aos estudos pós-coloniais, apontamos para a importância da adoção de uma perspectiva pós-colonial para desconstruir os discursos dominantes, e criar um espaço para que os grupos considerados subalternos possam falar por si, sem serem representados.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa é de natureza empírica, classificada quanto à abordagem como uma pesquisa qualitativa (FLICK, 2004). Participaram deste trabalho 14 trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro, aqui representada pelos municípios de Patrocínio,

Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo, representativos na produção de café e localizados mais ao centro da Região do Cerrado Mineiro.

Para selecionar as entrevistadas, utilizamos a técnica *snowball* (BIERNACKI; WALDORF, 1981), um método que seleciona os(as) participantes da pesquisa por meio de referências feitas entre pessoas que partilham ou sabem de outras que possuem algumas características que são de interesse da pesquisa, e, então, as indicam. Para essa localização, partimos, inicialmente, de contatos com funcionários(as) de cooperativas e associações, bem como com cafeicultores(as) e outras pessoas ligadas à cafeicultura, como as próprias trabalhadoras rurais contatadas por meio de e-mails e telefonemas para explicar a pesquisa e, posteriormente, pedir indicações de trabalhadoras rurais que pudessem participar.

A determinação, a priori, do número total de trabalhadoras rurais que participariam da nossa pesquisa seguiu a orientação de Gaskell (2002) que considera o limite entre 15 e 25 entrevistas individuais por pesquisador para, então, se atingir a saturação dos dados. Entretanto, obtivemos essa saturação com um total de 14 entrevistas. A distribuição de entrevistadas por município é apresentada no Quadro 01.

Quadro 01 - Distribuição das entrevistadas por município

Município	Carmo do Paranaíba	Patrocínio	Monte Carmelo
Participantes	Maria Tereza Trabalhadora Maria Márcia Luciene Guerreira	Maria I Guerreira I Maria Aparecida Lutadora	Batalhadora Lúcia Batalhadora I Maria II

Fonte:Elaborado conforme dados da pesquisa (2017)

\*As mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas são identificadas por meio de codinomes, escolhidos por elas no início das entrevistas. Como diferentes entrevistadas escolheram codinomes iguais utilizamos I e II após o codinome para diferenciá-los.

As 14 entrevistas foram realizadas presencialmente por um das pesquisadoras, de setembro a novembro de 2017, nas fazendas produtoras de café em que as entrevistadas prestam seus serviços, nos municípios de Patrocínio, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo. Esses locais foram escolhidos pelas trabalhadoras rurais entrevistadas.

Para reunir o material empírico foi utilizada entrevista narrativa com as trabalhadoras rurais, sendo útil para projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio-históricos. (JOVCHELOVITH; BAUER, 2008). O tópico guia utilizado nas entrevistas foi composto por cinco blocos de questionamentos, elaborados conforme a revisão da literatura e os objetivos da pesquisa. Na etapa de iniciação da entrevista narrativa foi explicado para cada entrevistada no que consistia a pesquisa, assim como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme aprovado no Comitê de Ética de Pesquisa sediado na Universidade Federal de Uberlândia. Onze entrevistadas, após lerem e concordarem com as especificações contidas no TCLE, assinaram-o em duas vias, uma para elas e outra para nosso arquivo. Em seguida, era avisado que o gravador seria ligado e dava-se, então, início à próxima fase. Três das entrevistadas são consideradas analfabetas. Duas delas nunca frequentaram o ambiente escolar, não conseguem ler, nem escrever; no outro caso, a entrevistada estudou por um período de seis meses, não consegue ler, mas consegue escrever seu nome. Nesses casos, além da apresentação, também fiz a leitura do TCLE para as entrevistadas, tendo essas concordado com os termos nele descritos.

Os 14 áudios resultantes das entrevistas foram transcritos pelas autoras, na íntegra, sem a utilização de *software*. A duração média das entrevistas ficou em torno de 30 minutos, resultando no total de 81 páginas transcritas. A análise desse material foi feita por meio da Análise Crítica do Discurso considerando o modelo tridimensional de Fairclough (2001): (1) Texto; (2) Prática discursiva; e (3) Prática Social. Para o autor, as abordagens críticas dos discursos diferem das não críticas não somente na descrição das práticas discursivas, mas,

também, por evidenciarem a maneira como os discursos são moldados por meio de relações de poder e ideologias, bem como mostrarem os efeitos construtivos dos discursos sobre as identidades sociais, as relações sociais, e os sistemas de conhecimento e crenças que, normalmente, estão ocultos para seus participantes.

As questões principais discutidas na teoria pós-colonial nos serviram de orientação para evidenciar três configurações presentes nas relações de gêneros, por meio de três categorias analíticas temáticas: A construção da subalternidade nas trajetórias das trabalhadoras rurais; Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados; e Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade.

#### 4 NARRATIVAS DAS TRABALHADORAS RURAIS

Nesta seção, apresentamos três categorias temáticas delimitadas com base no problema de pesquisa e objetivos traçados para esta pesquisa, bem como na revisão da literatura. Em conjunto, essas análises nos mostram como as relações de gêneros se manifestam por meio das narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas.

##### **Categoria 1 – A construção da subalternidade nas trajetórias das trabalhadoras rurais**

Trajetórias de dificuldades, sofrimento e lutas são destacadas nas narrativas das entrevistadas, bem como suas lutas diárias. A gravidez foi um momento difícil na trajetória de duas entrevistadas, Maria Tereza e Maria II. No período colonial apenas os homens usufruíam da liberdade sexual. No caso dos colonizadores, conforme destaca Freyre (2004), as mulheres brancas deveriam ser fiéis aos seus maridos, já eles, embora, formalmente inseridos num casamento monogâmico, usufruíam de plena liberdade sexual. No caso de Maria Tereza, na época solteira, ela teve uma filha com um homem casado, sendo discriminada por sua própria mãe: “Minha mãe colocava minhas coisas todas na rua pra que eu saísse de casa, mas aí eu ia, pegava minhas coisas na rua, e voltava pra dentro de casa, porque eu não tinha outro lugar que pudesse ir”.

A narrativa de Maria Tereza revela uma relação de discriminação e poder entre sua mãe e ela, representando um exemplo de colonialidade, ou seja, aspectos de um passado colonial que ainda resiste, conforme destacam Said (1989), Lugones (2014) e Gomes (2007). Relações como essa, entre mulheres, são enfatizadas no trabalho de Costa e Sardenberg (2008), ao discorrer sobre as relações entre homens (brancos e negros) e mulheres brancas, com relação às mulheres negras; assim como também são enfatizadas no trabalho de Lugones (2014), ao tratar das classificações e relações entre homens brancos burgueses, mulheres brancas burguesas e as “mulheres” colonizadas.

Maria Tereza, Márcia, Guerreira e Maria II afirmam-se como “guerreira”, elas utilizam, respectivamente, expressões com sentido conotativo, como “não abaixo a cabeça fácil não”, “não me deixar vencer fácil”.e “passei por trancos e barrancos”. Maria I, Lutadora, Batalhadora I e Maria II utilizam o termo “batalhadora” que, também, remete a palavra “guerreira”. Ambos os termos estão relacionados com as trajetórias de dificuldades enfrentadas por elas. Lúcia, por outro lado, define-se como quem luta, “luta como todo mundo”, ou seja, ela afirma que não somente aquelas pessoas que têm trajetórias marcadas por dificuldades lutam, mas todos.

Maria Tereza, que se identifica de diferentes maneiras: “Tem a **trabalhadora**, a **sufredora**, a **dona de casa**, a **mãe**, a **menina**... tem, tem... eu...eu me acho muito **guerreira**.” (grifos nosso), recorre à intertextualidade constitutiva, trazendo a expressão “como se diz” para se referir ao julgamento que algumas pessoas fazem de não ser modesto quando a própria pessoa afirma algo bom em relação a si próprio, no seu caso, ser uma “guerreira”.

Entre os substantivos utilizados para descrever as diferentes formas como se reconhece, Maria Tereza e Maria utilizam “dona de casa” e “mãe”, sendo esse último, também, utilizado por Guerreira I. Historicamente no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as

mulheres foram subalternizadas, começando pela educação diferenciada, como seres inferiores, predestinados e obrigados à maternidade, aos cuidados com os ambientes domésticos, filhos(as), idosos e doentes. Identificar-se como donas de casas e mães pode retomar esse passado, em que os ambientes domésticos e o cuidado com os filhos(as) eram considerados como responsabilidade das mulheres, e os ambientes públicos dedicado aos homens.

Ao narrar o seguinte trecho: “[...] **como se eu tivesse ficado no lugar do meu pai depois que ele foi [...]**”, Maria Tereza revela que com a morte de seu pai, considerada por ela como um dos momentos difíceis de sua trajetória, ela passa a assumir outra identidade: a do pai, que, de acordo com sua fala, era quem resolvia os problemas da família. Depois de sua morte, ela passa a assumir essa responsabilidade, como o trecho sugere: “Bate é na porta da minha casa, sabe?”

A partir das análises realizadas e das AD's apresentadas, destacamos a adoção pelas entrevistadas Guerreira I e Luciene de práticas discursivas orientadas, ideologicamente, pela religião, por meio da utilização, por ambas, da expressão “graças a Deus”. O machismo, conforme Alvarez (1990), foi sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica na América Latina. Logo, ao utilizarem essa expressão, elas podem estar remetendo à religião e à ideologia da Igreja, carregada de machismo e desigualdades entre homens e mulheres, em que Deus está acima de todos os homens e as mulheres, e, as mulheres, além de serem submissas a Ele, devem também ser submissas aos homens, tratando-se, portanto de relações de poder e submissão.

Outro destaque deve ser dado às reproduções dos discursos dominantes, evidenciadas por meio das práticas discursivas de algumas entrevistadas, como a da Batalhadora I, ao dizer que antes de trabalhar na cafeicultura como tratorista ela fazia “[...] mais era serviço de mulher, vamos dizer assim, cozinha, faxina, sempre essas coisas”. Ao se referir às atividades da cozinha e faxina como “serviço” de mulheres, a entrevistada está reproduzindo o discurso dominante e concordando que são mesmo serviços de mulheres.

Kergoat (2009) destaca essa distinção que destina aos homens as esferas produtivas e às mulheres as esferas reprodutivas. A autora afirma que essa distinção é resultante das condições de desigualdades em que as mulheres estão inseridas, resultado de construções sociais provenientes das relações sociais entre homens e mulheres, em que impera o princípio da separação: (há trabalhos para homens e para mulheres) e da hierarquização (trabalhos dos homens são mais valorizados do que os trabalhos das mulheres).

Essa mesma distinção entre homens e mulheres já era percebida desde a época do Brasil colônia, logo, o “serviço de mulher” dito pela entrevistada Batalhadora I mostra outro aspecto da colonialidade. Nas colônias, conforme destacou Rosa (2016), as mulheres negras, escravas, tinham como principais responsabilidades as atividades da cozinha, da casa grande e os cuidados com os(as) filhos(as) de seus senhores. As mulheres brancas burguesas eram educadas para serem mães e donas de casa, isto é, para desenvolverem “serviço de mulher”.

## **Categoria 2: Casa, trabalho e sociedade: espaços hierarquizados**

Nesta subseção analisamos a segunda categoria, cuja configuração presente nas relações de gênero são as desigualdades. Conforme as análises referentes à primeira categoria, sobre como as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro se identificam, podemos afirmar que essas percepções apresentadas de si mesmas são resultantes de suas trajetórias e, também, dos contextos de desigualdades em que estão inseridas, foco de análise desta subseção.

Algumas entrevistadas, como Maria Tereza, afirmam que não existem mais esses contextos de desigualdades, mas, quando analisamos suas narrativas e os exemplos que mencionam, entendemos que eles existem sim. Maria Tereza afirma que “Hoje **não tem mais essa diferenciação de mulher e homem**. Acho que já teve [...] assim, **agora não tem isso**

**mais!** Acho que já teve muito [...] Hoje em dia não tem isso mais não!” (grifos nosso). Mas, ela se contradiz ao mencionar que ainda há em uma fazenda, no município de Carmo do Paranaíba, a separação entre homens e mulheres:

[...] **tem fazenda que ainda tem**.... não digo separação em termos de preconceito, mas, assim, tipo uma rotina que a fazenda já tem [...] “ah, nós tem o tratorista”, “**ah, essas mulher tá fazendo isso, tá fazendo aquilo**”. Mas eu acho que nem assim é preconceito. Não é dizer “ela não dá conta de fazer”.

A entrevistada utiliza intertextualidade manifesta para se referir à fala de outras pessoas, como: “**ah, essas mulher tá fazendo isso, tá fazendo aquilo**” (grifos nosso), e afirma que tais comentários não são preconceituosos. Mas, na realidade, são sim. Igualdade de gêneros implica em igualdade de oportunidades, sem adotar práticas discursivas como as mencionadas.

Guerreira é outra entrevistada que afirma não haver mais diferenças entre homens e mulheres “**Hoje em dia todo mundo trabalha igual**, tanto faz homem como mulher, faz o mesmo serviço. **Hoje em dia é tudo igual.**” (grifos nosso). Não apenas hoje, mas desde sempre, mulheres e homens, são sim capazes de realizar os mesmos “serviços”, entretanto, ainda persistem as desigualdades de oportunidades entre eles, assim como a divisão sexual do trabalho, em que há trabalhos que são considerados para os homens e outros para as mulheres.

Outra entrevistada, Maria Aparecida, que tem a maior idade entre as 14 entrevistadas, afirma que não há mais desigualdades entre homens e mulheres:

[...] Eu acho que **nós convivemos com pessoas que tem um pensamento diferente de anos atrás**, hoje, por exemplo, **não existe mais isso de que homem pode fazer aquilo e mulher não pode** [...] É lógico que **tem umas coisa que mais depende é do homem e outras é da mulher**, mais que não pode, que não deve eu acho que isso aí não tem mais não (grifos nosso).

A fala da entrevistada contradiz com os contextos de desigualdades entre homens e mulheres que interpretamos, e que são destacados por diversos autores tanto no mercado de trabalho (CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2014; SILVA FILHO; QUEIROZ; CLEMENTINO, 2016; HIGA, 2016; MADALOZZO; ARTES, 2017), quanto no ambiente doméstico (JABLONSKI, 2010; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; HIRATA, 2015; GUEDES, 2016). Mesmo no campo, local onde as trabalhadoras rurais desempenham suas atividades na cafeicultura, há a prevalência das desigualdades, marcadas pela imbricação de gêneros, classes sociais e raças/etnias (DI SABATTO et al., 2009; GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016).

Ao final de sua fala sobre não haver mais desigualdades entre homens e mulheres, Maria Aparecida mostra certa reflexão ao dizer “[...] em casa, aqui **se bem que aqui eu não tenho muita participação dos homens na cozinha não** (risos), mais eu e a minha filha” (grifos nosso). A expressão “se bem que” utilizada por ela, dá a entender algo como: Pensando melhor, ainda há sim desigualdades. Na sua casa, por exemplo, o cuidado com as atividades domésticas fica a cargo da entrevistada e sua filha, havendo pouca participação de seu filho e seu marido.

Maria afirma que ainda há um pouco de desigualdades entre homens e mulheres: “[...] **ainda somos um pouco desigual dos homem**” (grifos nosso). O léxico “nóis” faz referência a todas as mulheres, que segundo a entrevistada, são “um pouco” desiguais dos homens. Em termos biológicos, existem sim diferenças, mas não estamos tratando aqui de diferenças biológicas, mas, sim, sociais. E em termos sociais, mulheres e homens devem ter, por exemplo, acesso às mesmas oportunidades, o que não ocorreu em tempos passados e ainda persiste na atualidade (BEAUVIOR, 1970; KERGOAT, 2009; TEDESCHI; COLLING, 2014).

A entrevistada Guerreira I fala, especificamente, sobre a comunidade que frequenta, Chapadão de Ferro, recorrendo à intertextualidade manifesta para exemplificar o posicionamento de algumas pessoas, por meio da prática discursiva, quanto à diferenciação entre homens e mulheres. De acordo com a entrevistada, “[...] **acaba o mundo e vai tê isso, o machismo, a discriminação**” (grifos nosso). O léxico “isso” faz referência à diferenciação entre homens e mulheres na referida comunidade, e ao recorrer a uma analogia entre o mundo acabar e a

continuação dessa diferenciação, a entrevistada mostra não acreditar na possibilidade de mudança. É algo que sempre existiu e sempre existirá.

Maria II e Guerreira I empregam em suas narrativas a flexão verbal do verbo ajudar, importante para nossa análise no que tange às desigualdades. Ambas a empregam referindo-se ao trabalho das mulheres fora dos ambientes domésticos, especificamente, na pecuária e na cafeicultura, como uma ajuda aos maridos, reproduzindo, novamente, o discurso dominante sobre a divisão sexual do trabalho. E, ao reproduzirem esse discurso, estão concordando e reforçando o que elas dizem. Garcia (2002), em pesquisa sobre as trabalhadoras rurais assentadas, mostra que serem mulheres, automaticamente, as vincula às esferas privadas e reprodutivas, cujas atividades não são consideradas trabalho, uma vez que não são remuneradas. Já as tarefas desenvolvidas no âmbito produtivo, que são passíveis de remuneração, são consideradas subalternas e complementares, ou seja, uma ajuda.

Um aspecto importante nas análises sobre as desigualdades está nas interseccionalidades entre classes sociais, sexos/gêneros e raças/etnias. Por meio das dinâmicas dessas intersecções, é possível buscar explicações para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, como o limitado acesso delas aos empregos menos precários, às rendas salariais mais altas, à uma vida sem violência, bem como aos cargos mais elevados nas hierarquias das organizações (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Duas entrevistadas recorrem à interseccionalidade para falar sobre a discriminação com as mulheres. Lutadora refere-se à interseccionalidade entre classes e gêneros: **“E quando ainda é mulher e pobre, aí que discrimina mesmo”** (grifos nosso). A entrevistada Maria II recorre à interseccionalidade entre classes, gêneros e raças/etnias: **“Discrimina se é pobre, se é muié, se é mãe solteira, se ni é negra”** (grifos nosso). Isso revela que as desigualdades vão além apenas dos gêneros, estando relacionados com outras categorias, como raças e classes sociais.

Com relação aos proprietários das fazendas e patrões das trabalhadoras rurais, com exceção daquelas que trabalham na agricultura familiar, duas importantes colocações são feitas por duas entrevistadas, Lutadora e Batalhadora I. Lutadora diz que “graças a Deus” (ideologia sobre religião conforme comentando anteriormente) na fazenda em que trabalha seus patrões lhe deram um trabalho, e que, em determinadas atividades, como na desbrota e no cuidado com as pragas, eles preferem as mulheres, por julgarem que as mulheres têm mais cuidado que os homens. Entendemos, neste caso, que os patrões também reproduzem o discurso e os estereótipos dominantes sobre haver trabalho para homens e mulheres.

Lutadora ainda ressalta que, em uma fazenda próxima, os proprietários oferecem trabalho apenas para os homens, porque, para eles, o lugar que as mulheres devem ocupar se limita ao ambiente doméstico: “[...] os patrão acha que lugar de mulher é só na cozinha, ou cuidando do marido e dos filhos.”. Nesse caso, os patrões adotam uma prática discursiva com a presença do bordão “Lugar de mulher é na cozinha”, carregado de preconceito, discriminação, divisão sexual do trabalho e estereotipagem. Na primeira onda dos feminismos no Brasil, no início do século XIX, tanto em famílias mais abastadas como de classes populares, uma das principais preocupações quanto à educação das mulheres era ensinar-lhes a cozinhar e realizar outros afazeres domésticos (ALVES, 2012; MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Na narrativa de Maria II, entendemos que o respeito que ela afirma ter nas relações de trabalho é, de fato, uma discriminação velada: **“ Todo mundo me trata bem e respeita, mas eu vejo que tem gente que oia com os zóio meio torto pras muié que trabaía aqui, faz brincadeira falando que nós num vai dá conta [...]”** (grifos nosso). A conjunção “mas” empregada introduz uma frase que denota oposição ou restrição à frase anterior, ou seja, introduz uma oposição ao “todo mundo me trata bem e respeita”, como a entrevistada diz.

A utilização da metáfora “oia com os zóio meio torto”, revela que há preconceito e discriminação para com as mulheres, pois significa olhar com desdém, com desconfiança, desprezo. O fazer “brincadeira”, dizendo que as mulheres não conseguirão realizar uma

atividade é uma forma velada de quem a faz, de ser preconceituoso, machista. E, a partir do momento que a trabalhadora utiliza o termo “brincadeira”, ela está concordando e reforçando que realmente é.

As entrevistadas utilizam os léxicos “nóis” e “a gente” para se referirem à elas e às outras trabalhadoras rurais. Essa utilização pode ser explicada pelo fato de elas estarem trabalhando em grupo no dia que as entrevistas foram realizadas. Ao chegar no lugar em que estavam na lavoura, trabalhando juntas, separadas dos homens, que estavam em outro local da lavoura questioneei ao técnico de segurança que me levou até elas qual atividade estavam desenvolvendo, e ele disse que elas estavam retirando os canos que fazem a irrigação nos pés de café, porque um tratorista iria passar por entre as becas de café e poderia danificá-los.

Entendemos que esses contextos de desigualdades em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas interferem na maneira como elas se identificam, conforme análises feitas anteriormente. Apresentam, também, relações diretas com as generalizações que homens, outras mulheres e até elas mesmas, assim como a sociedade, fazem sobre comportamentos ou características das mulheres trabalhadoras rurais aqui entrevistadas.

### **Categoria 3: Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade**

Começamos nossa análise dessa categoria temática com o relato de Maria II. Ela se reconhece como negra e conta, com certa tristeza (perceptível pela mudança em seu tom de voz, e por ter desviado seu olhar para o chão), o posicionamento de alguns de seus colegas: “[...] tem **uns que me chama de negona**. Eu num gosto disso, **é brincadeira que faz mal pra gente**. **Meu nome num é negona**, e as muié é capaz que nem homem.” (Maria II) (grifos nosso).

No caso de Maria II, ela usa o léxico “uns” para se referir àqueles que a denominam como “negona”, sem dizer se essa discriminação racial parte de homens e/ou mulheres. A entrevistada considera ser assim chamada como “brincadeira que faz mal pra gente”. Porém, não se trata de brincadeira, mas, sim, de uma forma de discriminação velada. Como a própria entrevistada diz: “Meu nome num é negona”. Quando ela menciona que “as muié é capaz que nem homem”, revela a presença da discriminação de gêneros. Ou seja, por meio da fala da entrevistada, identifica-se a presença da interseccionalidade entre gêneros e raças.

Entendemos que, nesse caso, há a reprodução dos estereótipos das mulheres como mães e cuidadoras de idosos, bem como o estereótipo de que as mulheres devem estar limitadas à esfera reprodutiva é desafiado. Silva e Ribeiro (2004) referem-se a esses estereótipos em seu trabalho, afirmando que os trabalhadores e trabalhadoras rurais entrevistados consideravam obrigação das mulheres cuidar da casa e dos filhos, e, dos homens, colocar o que for necessário dentro de casa.

Ao falar sobre suas expectativas para o futuro, identifica-se a reprodução desses estereótipos, conforme fragmentos dos depoimentos de Maria II:

Nim **peessoal eu penso mais é no filho**, nim igual te falei, quero dar pra ele o que não tive, quero vê ele estudar, formar, ter um bom emprego pra não precisar sofrer igual nóis, e quero **tentá dar um conforto pra mãe tamém**. Ela já sofreu muito, agora tá doente e só tem eu por ela. No lado **profissional ficar por aqui mesmo tá bom**. Igual falei procê, **é difícil pra mim que num tem estudo, é mulher, “negona”** como eles diz, né?, **mãe sorteira**, então é pegar firme aqui, colocar as mão pro céu e agradece que tenho serviço e trabaía até ver meu fio bem, encaminhado (grifos nosso)

Apesar de considerar “negona” como uma “brincadeira que faz mal”, Maria II faz menção a ele ao reproduzir o estereótipo de que ao ser mulher, mãe solteira, “negona” e não ter estudo, não resta outra alternativa além de ser trabalhadora rural, logo, ela se sente na obrigação de agradecer por ter um trabalho, utilizando para isso a metáfora que remete à ideologia religiosa de agradecer a Deus por algo “[...] colocar as mão pro céu e agradece [...]”. A

entrevistada Lutadora também faz referência a falta de alternativas de trabalho para quem é mulher e não tem estudo.

Essa análise nos remete ao estereótipo de que para as mulheres que trabalham fora do ambiente doméstico devem ser destinados os trabalhos mais precários, nos menores níveis hierárquicos nas organizações e de menor prestígio social, conforme ressaltam Bruschini (2007); Ávila (2013); Camargos, Riani e Marinho (2014) e Nascimento (2014).

Podemos afirmar que essa ausência não possa ser explicada pela falta de interesse nas atividades de administração, mas, sim, pelo machismo, preconceitos e discriminações que repercutem nos estereótipos de que os cargos de gestão não são apropriados para mulheres, mas, sim, para os homens. Ao adotar essa prática discursiva, Lúcia, que, também, se reconhece como mulher, reproduz o discurso dominante que estigmatiza as mulheres. Entretanto, no seu discurso é como se ela não se incluísse, uma vez que utiliza o léxico “elas”, ou seja, as outras mulheres.

Outro estereótipo a que Lúcia faz referência é sobre os homens ditarem as ordens e as mulheres as acatarem sem questionar. Ela ilustra a reprodução desse estereótipo ao contar sobre como era na cooperativa da qual faziam parte, recorrendo à intertextualidade manifesta:

“Ah, é **mulher e tá mandando?**”. Exatamente essa conversa. Eu tinha que ter toda cautela para não passar... **eu ficava por trás do meu marido, ensinando ele pra não passar na frente dele pra não chamar ele de marica.** Que “é sua muié que manda”, e se falasse perto de mim eu falava “É eu que mando mesmo, cê tá falando mentira não. Eu que mando mesmo!”

Entendemos que nessa situação há a reprodução dos discursos dominantes sobre as mulheres não poderem falar, nem opinar, pois, são os homens os tomadores de decisões, conforme, também, ressaltam Costa e Sardenberg (2008) e Silva e Ribeiro (2004). Lúcia afirma que as mulheres que não participam, não se manifestam, não o fazem por receio de serem julgadas e/ou julgarem seus maridos, chamando-os de “marica” por estar levando ordens das esposas. Contextos como esses, em que os maridos são aqueles que devem dar as ordens e tomar as decisões, já são observados desde o colonialismo (LUGONES, 2014; ROSA, 2016) o que nos permite afirmar que situações como a de Lúcia, que são vivenciadas na atualidade, representam heranças do período colonial.

Na fazenda em que a Trabalhadora I mora e trabalha, moram outras duas famílias. Segundo a entrevistada:

[...] alguns dos **maridos acham que lavoura é serviço deles e não das mulheres**, outros não [...] alguns ainda **pensam assim, que lugar de mulher é dentro de casa**, mas tem os que não [...] tem uma das mulher que mora aqui que tem um bebezinho, não tem como ela trabalhar. Agora a outra... ela já não... **acho que não trabalha assim também porque um pouco falta força de vontade** também (grifo nosso).

Nesse trecho identifica-se, novamente, a presença de um dos aspectos da colonialidade: “lugar de mulher é dentro de casa”. A própria entrevistada também reproduz um estereótipo ao dizer que se a mulher não trabalha é por “falta de vontade”, mesmo tendo afirmado, anteriormente, qual é a prática discursiva de alguns dos maridos. Garcia (2002), apresenta situação semelhante em seu trabalho. As trabalhadoras rurais assentadas, participantes da sua pesquisa, atuantes na luta pela terra, afirmam que as mulheres não atuantes não participam por não quererem. Ao assumir esse posicionamento, essas trabalhadoras, assim como Trabalhadora I, não reconhecem as limitações de gêneros a que as mulheres estão expostas, e que seus companheiros são os principais responsáveis por essas limitações.

Algumas entrevistadas, ao reproduzirem estereótipos da mulher como um sujeito univesal, dos quais os discursos dominantes estão carregados, estão concordando com a ideia da subordinação, presente em diferentes contextos desde o colonialismo, ou seja, as mulheres devem ser submissas aos homens, estando presas a um ciclo de dominação. Enquanto solteiras, vivem sob as ordens dos pais, e, após casar-se, devem ser submissas às ordens dos maridos, dedicando-se aos cuidados com a casa, filhos e companheiros (ROSA, 2016).

De maneira geral, os estereótipos manifestados nas narrativas das trabalhadoras rurais entrevistadas remetem a uma herança colonial, ou seja, à colonialidade, destacada em trabalhos como o de Said (1989), Mignolo(1996); Quijano (2000); Gomes (2007), e Lugones (2014). A presença dessa colonialidade reforça a necessidade da decolonização, isto é, de buscar transcender a colonialidade que resiste em um padrão mundial de poder, conforme ressalta Ballestrin (2013).

As análises dos estereótipos apresentam relações diretas com os contextos e identidades também aqui analisados. Os contextos de desigualdades evidenciados estão saturados de reproduções dos estereótipos aqui mencionados, afetando as maneiras como as próprias entrevistadas se reconhecem e identificam, uma vez que a maioria delas têm naturalizado essas desigualdades e estereótipos, assumindo-os para si e reproduzindo-os às outras mulheres.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao responder ao problema de pesquisa: “Como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro?” alcançamos o objetivo de “Analisar como se manifestam as relações de gêneros nas narrativas das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro”. Nós identificamos as ideias centrais dos estudos pós-coloniais: subalternidade, hierarquização do espaço e a manutenção da colonialidade. A primeira categoria temática analítica: “A construção da subalternidade: lutas e sofrimentos nas trajetórias das trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro”, identificou que as entrevistadas se reconhecem e identificam com maior frequência como mães, donas de casa, trabalhadoras, guerreiras e batalhadoras.

Na segunda categoria temática analítica: “Casa, trabalho e sociedade: os contextos e as desigualdades”, entendemos que os contextos de desigualdades entre homens e mulheres ainda impera, representando uma herança do colonialismo, destacada nos trabalhos de Said (1989); Mignolo (1996); Quijano (2000); Gomes (2007); e Lugones (2014). O que se mostrou mais recorrente nas análises foram as percepções de uma sociedade que ainda discrimina e subordina as mulheres, a quem, em diversas situações, não é dado o direito de falar, se manifestar, sem que ajam julgamentos.

Na terceira categoria: “Diferenças de gêneros, raças e classes sociais: a dominação assegurada pela colonialidade”, identificamos a ideia do sujeito universal. Os contextos de desigualdades evidenciados estão saturados de reproduções de estereótipos, afetando as maneiras como as entrevistadas se reconhecem e identificam, uma vez que a maioria delas têm naturalizado essas desigualdades e estereótipos, assumindo-os para si e reproduzindo-os às outras mulheres. Ao reproduzirem e naturalizarem os discursos dominantes, as entrevistadas, além de concordarem com a ideia da subordinação, estão reforçando a questão da subalternidade feminina. Nos casos das entrevistadas Lutadora e Batalhadora, são os maridos que dão as ordens no trabalho e elas acatam, sem manifestarem-se. Lúcia também enfatiza que, muitas vezes, as mulheres não se manifestam por receio de serem julgadas ou de julgarem os maridos por deixarem elas opinarem. Entendemos, dessa forma, que a ideia da subalternidade, herança do colonialismo, está também presente nos contextos em que as trabalhadoras rurais entrevistadas estão inseridas.

Nossa contribuição principal está relacionada à lacuna nas produções científicas quanto aos trabalhos desenvolvidos sobre a temática gênero em contextos rurais, e, especificamente, sobre as trabalhadoras rurais na cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro. Ainda por termos abordado neste trabalho as relações de gêneros, considerando os contextos rurais da cafeicultura, e, adontado a perspectiva teórico-metodológica pós-colonial, contruibuímos para o preenchimento dessas duas lacunas apontadas.

A contribuição social está diretamente relacionada às trabalhadoras rurais entrevistadas. Durante a realização das entrevistas, percebi que alguns dos questionamentos fizeram aflorar

nas entrevistadas sentimentos de alegria e tristeza, bem como momentos de reflexão. Ao falar sobre os(as) filhos(as), suas falas ganhavam um tom de alegria, sendo o momento em que mais sorrisos pude ver. Narrar quais são suas expectativas para o futuro trouxe uma entonação de vozes que sugeriu um misto de alívio (ao falar da espera pela aposentadoria, por exemplo); e de esperança (ao falar sobre um novo emprego; a mudança para outra cidade etc.).

Narrar suas trajetórias foi o momento em que todas as 14 entrevistadas assumiram um semblante de tristeza, o tom de voz era mais baixo, em alguns casos, notei que lágrimas vieram aos olhos das trabalhadoras rurais. Momentos de reflexão também estiveram presentes nas entrevistas. Maria Tereza, por exemplo, ao contar como é sua rotina no trabalho, em um instante de pausa, retoma sua fala com um tom de voz que sugere dúvida, dizendo que nunca tinha parado para pensar porque ela é a única mulher na fazenda que trabalha na cafeicultura. Maria Aparecida, ao falar sobre como ela percebe a sociedade, diz não haver mais diferenças entre homens e mulheres, mas, ao parar por um instante sua fala, ela diz que em casa são apenas as mulheres que cuidam dos afazeres domésticos. Diante dessas exposições, entendemos, então, que esta dissertação contribuiu, também, para promover reflexões nas trabalhadoras rurais quanto às suas condições, e aos contextos em que estão inseridas.

Como desdobramento da pesquisa, sugerimos uma agenda de pesquisa que contemple o emprego de outras técnicas para composição do material empírico, como a etnografia, que considerem pesquisas comparativas com homens e mulheres, bem como outras perspectivas de análise, como, por exemplo, a decolonialidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, vol. 21, n° 2, p. 689-700, 2013.
- ALVAREZ, S. E. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ALVES, A. E. S. A formação e o trabalho das mulheres: análises a partir de estudos de caso no Brasil. **Innovación Educativa**, n° 22, p. 241-253, 2012.
- ASHCROFT, B. Intersecting marginalities: post-colonialism and feminism. **Kunapipi: Journal of Postcolonial Writing**, Wollongong, v. 11, n 2, p. 23-35, 1989.
- \_\_\_\_\_.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. Feminism and Post-Colonialism. In: \_\_\_\_\_. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. New York: Routledge, 2 ed., p. 93-96, 2007.
- ÁVILA, M. B. M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, p. 231-245, 2013.
- BALLESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 11, p. 89-117, 2013.
- BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol. 20, n° 2, p. 160-183, 2015.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BHABHA, H. K. O pós-colonial e o Pós-Moderno: a questão da agência. In: \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, p. 239-273, 1998.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological, Methods & Research**, vol. 10, n° 2, p. 141-163, 1981.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, vol.37, n° 132, p. 537-572, 2007.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C; PHILLIPS, N. (eds.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. SP: Ed. Atlas, p. 276-314, 1999.

CALDAS, M.; ALCADIPANI, R. Post-colonialism in latin american management: the genesis and trail of north american reference in brazilian culture and management. In: INTERNACIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 3, 2003, Manchester. **Proceedings...**Manchester: UMIST, 2003.

CAMARGOS, M. C. S.; RIANI, J. L. R.; MARINHO, K. R. L. Mercado de Trabalho e Gênero: uma análise das desigualdades em Minas Gerais. **Pretexto**, V.15, n.2, p. 41-57, 2014.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, vol. 19, nº 2, p. 145-154, 2014.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, p. 117-134, 2006.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão**, ano XIV, nº 25/26, p. 323-344, 2011.

FANON, F. Da Violência. In: \_\_\_\_\_. **Os condenados condenados da terra**. Tradução: José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 24-74, 1968.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 29 ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, M. F. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: Interlocução entre Gênero, Trabalho e Território. **Revista Pegada Eletrônica**, vol. 3, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (eds.). Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GOMES, H. T. Quando os outros somos nós: o lugar da crítica Pós-Colonial na universidade brasileira. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, vol.29, nº 2, p. 99-105, 2007.

GOMES, R.C.M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M.J.F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n.1, p. 115-124, 2016.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. de; BARONE, L. S. Mercantilização no Feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 17-39, 2016.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 709-732, 2012.

HIGA, F.C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas fases da mesma moeda? **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n.7, 2015.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins. **Organization**, v. 13, n 4, p. 463-488, 2006.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n 2, p. 357-366, 2010.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. . Entrevista Narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Ed.). Petrópolis: Vozes, 7 ed., p. 90-113, 2008.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, p. 67-76, 2009.

LAZARUS, N. What postcolonial theory doesn't say. **Race & Class**, v. 53, n.1, p.7-19, 1994.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 47, n° 163, p. 202-221, 2017.

\_\_\_\_\_; MARTINS, S.R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n° 2, p. 547-566, 2010.

MATOS, M. I. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: MELO, H. P. M.; *et al.* (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, p. 276-289, 2009.

MENDES, R.S; VAZ, B.J.O.; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Gênero & Direito**, n°3, p. 88-99, 2015.

MIGNOLO, W. D. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: STEPHAN, B. (Org.). **Cultura y tercer mundo**. Caracas Editorial Nueva Sociedad, 1996.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, v.2, n 28, p. 39-56, 2014.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território Café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n 03, p. 771-800, 2011.

PEZZODIPANE, R.V. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Simbiótica**, n. 3, p. 87-97, 2013.

PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n 2, p. 377-404, 2013.

PRAKASH, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, v. 99, n. 5, p. 1475-1490, 1994.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, Santa Cruz, v. 6, n02, p. 342-386, 2000.

ROSA, A. R.. Gênero e pós-colonialismo. In: CARRIERI, A.P.; TEIXEIRA, J.C.; NASCIMENTO, M.C. (orgs.). **Gênero e Trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. Salvador: Edufba, p. 57-94, 2016.

\_\_\_\_\_.; ALCADIPANI, R. A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos Sobre Administração e Organizações no Brasil: (Re) Pensando a Crítica a partir dos Pós-Colonialismo. **Administração Mackenzie**. V. 14, n 6, nov/dez, p. 185-215, 2013.

SAID, E. W. Representing the Colonized: Anthropology's Interlocutors. **The University of Chicago Press Journals**, vol. 15, n° 2, p. 205-225, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América- Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 46, n° 1, p. 18-27, jan./abr., 2010.

SILVA, M. A. M. M.; RIBEIRO, Á. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul Mineiro. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 6, n° 2, 2004.

SILVA FILHO, L.A.; QUEIROZ, S.N.; CLEMENTINO, M.L.M. Mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. **Mercator**, vol. 25, n° 2, p. 37-54, 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAYLOR, C. Latin American. In: MCLEOD, J. (ed). **The Routledge companion to postcolonial studies**. London: Routledge, p. 46-58, 2007.

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A.M. Os Direitos Humanos e as Questões de Gênero. **História Revista**, vol. 19, n° 3, p. 33-58, 2014.